

Sumário

Panorama do conjunto da obra	vii
Apresentação	ix
Prefácio	xiii
Siglas e abreviações	xxi
Introdução ao volume 4: Da ampla proteção do núcleo espacial da personalidade individual à comunicação interindividual e coletiva	1
Capítulo 20.	
Liberdade de reunião (Art. 8 GG)	
A. Notas introdutórias	9
I. Introdução	9
II. Suporte fático diferenciado do Art. 8 I GG: da área de regulamentação à área de proteção	11
1. Área da vida social: conceito de reunião.....	12
2. Excurso: concorrências com outros direitos fundamentais	16
2.1 Direito fundamental à liberdade de opinião (Art. 5 I 1 GG)	16
2.2 Liberdades de consciência e crença (Art. 4 I GG) e artística (Art. 5 III, 1. variante GG).....	19
2.3 Liberdade geral de ação (Art. 2 I GG)	20
3. Delimitação negativa da área de proteção: exclusão de reuniões não pacíficas e “armadas”	20
3.1 Relevância jurídico-dogmática.....	20
3.2 Condição apriorística da ausência de “armas”	22
3.3 Condição apriorística do “caráter pacífico” da “reunião”	23
3.4 Problema especial do emprego de suposta “violência psicológica”: da proteção de bloqueios por pessoas sentadas	25
4. Alcance do direito fundamental	27
5. Área de proteção subjetiva ou titularidade do direito fundamental	31
III. Típicas intervenções estatais na área de proteção do Art. 8 I GG	34
IV. Justificação constitucional das intervenções estatais	37
1. Limites constitucionais à liberdade de reunião.....	37
1.1 Reserva legal qualificada (aplicáveis apenas a reuniões “ao ar livre”) do Art. 8 II GG	37
1.2 Reserva legal qualificada (reuniões de militares) do Art. 17a I GG?	39

1.3	Direito constitucional colidente como limite de reuniões realizadas em locais fechados.....	39
2.	Constitucionalidade material da aplicação dos limites	41
2.1	Proporcionalidade das bases legais da intervenção.....	41
2.2	Proporcionalidade de medidas administrativas e de sua revisão judicial..	43
2.3	Proibição da obrigação de aviso e a liberdade independente de autorização prévia	45
V.	Dimensões jurídico-objetivas	47
B.	Decisões do TCF.....	52
# 80.	BVerfGE 69, 315 (<i>Brokdorf</i>)	52
	Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	52
	Excertos da decisão com anotações pontuais	52
# 81.	BVerfGE 85, 69 (<i>Eilversammlungen</i>)	71
	Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	71
	Excertos da decisão com anotações pontuais	73
# 82.	BVerfGE 87, 399 (<i>Versammlungsauflösung</i>)	77
	Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	77
	Excertos da decisão com anotações pontuais	80
# 83.	BVerfGE 92, 1 (<i>Sitzblockaden II</i>).....	86
	Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	86
	Excertos da decisão com anotações pontuais	88
# 84.	BVerfGE 111, 147 (<i>Inhaltsbezogene Versammlungsverbot</i>)	94
	Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	94
	Excertos da decisão com anotações pontuais	97
# 85.	BVerfGE 128, 226 (<i>Fraport</i>).....	104
	Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	104
	Excertos da decisão com anotações pontuais	109
# 86.	BVerfGE 143, 161 (<i>Karfreitag</i>).....	131
	Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	131
	Excertos da decisão com anotações pontuais	138

Capítulo 21.

Sigilo da correspondência, postal e das telecomunicações (Art. 10 GG)

A.	Notas introdutórias.....	149
I.	Classificação temática, área de proteção do Art. 10 I GG e concorrência com outros direitos fundamentais.....	149
1.	Tema da proteção, supostas e aparentes concorrências e suas soluções preliminares.....	150

2. Alcance da(s) área(s) de proteção	151
2.1 Sigilo da correspondência.....	152
2.2 Sigilo postal entre obsolescência e reinterpretação de sua vinculatividade....	152
2.3 Sigilo da comunicação à distância	153
II. Intervenções estatais.....	155
III. Limite constitucional do Art. 10 II 1 e 2 GG e justificação constitucional de sua imposição	156
1. Reserva legal simples do Art. 10 II 1 GG.....	157
2. Reserva legal do Art. 10 II 2 GG.....	158
3. Reserva judicial como limite do limite e proporcionalidade das intervenções legislativas e judiciais	159
IV. Efeito horizontal indireto, deveres estatais de proteção e “reservas de configuração”	161
B. Decisões do TCF.....	163
# 87. BVerfGE 100, 313 (<i>Telefonüberwachung I</i>).....	163
Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	163
Excertos da decisão com anotações pontuais	170
# 88. BVerfGE 130, 151 (<i>Zuordnung dynamischer IP-Adressen</i>)	200
Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	200
Excertos da decisão com anotações pontuais	204
 Capítulo 22.	
Liberdade de locomoção (Art. 11 GG)	
A. Notas introdutórias.....	223
I. Área de proteção	224
1. Fixação de local de permanência e domicílio	224
2. Locomoção em sentido estrito	226
3. Liberdade de entrada e imigração; liberdade de saída ao exterior e emigração	226
4. Liberdade do titular para trazer consigo pertences pessoais.....	228
5. Liberdade ao exercício negativo do direito fundamental	228
II. Intervenções estatais.....	229
III. Limites constitucionais e justificação constitucional de sua aplicação.....	230
1. Reserva legal qualificada do Art. 11 II GG	230
2. Outros limites	231
B. Decisões do TCF.....	232
# 89. BVerfGE 110, 177 (<i>Freizügigkeit von Spätaussiedlern</i>)	232

Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	232
Excertos da decisão com anotações pontuais	236
# 90. BVerfGE 134, 242 (<i>Garzweiler</i>).....	245
Matéria (síntese do direito e dos fatos).....	245
Excertos da decisão com anotações pontuais	249

Capítulo 23.

Inviolabilidade do domicílio (Art. 13 GG)

A. Notas introdutórias.....	258
I. Introdução: aspectos terminológicos, política constitucional e desenvolvimento dogmático	258
II. Da área de proteção: do tema ou objeto geral (recorte da vida social) à proteção específica.....	259
1. “Domicílio” entre interpretação histórica e sistemática do Art. 13 I GG	259
2. Área de proteção material <i>stricto sensu</i> e seu alcance.....	261
3. Área de proteção pessoal (subjativa).....	262
III. Intervenções estatais.....	264
1. Aspectos gerais em face das possibilidades fáticas e jurídicas de intervenção provenientes do exercício das três funções estatais.....	264
2. Tipologia especial das intervenções estatais no Art. 13 I GG.....	265
2.1 Buscas	265
2.2 Vigilâncias acústicas	266
2.3 Demais intervenções estatais	266
IV. Justificação constitucional das intervenções estatais	267
1. Limites constitucionais e suas concretizações legislativas.....	268
1.1 Reservas legais qualificadas no Art. 13 GG.....	268
1.1.1 Buscas (Art. 13 II GG)	268
1.1.2 Vigilâncias acústicas (Art. 13 III, IV e V GG)	268
1.1.3 Demais intervenções (Art. 13 VII GG)	270
1.2 Reserva legal do Art. 17a II GG	271
2. Limites aos limites	271
2.1 Configurações das reservas judiciais	271
2.2 Taxatividade de leis e ordens judiciais	273
2.3 Proporcionalidade das intervenções legislativas, administrativas e judiciais	273
2.4 Art. 13 VI GG	274
V. Concorrências e novas funções?	275
1. Supostas, reais e aparentes concorrências	275
2. Novas funções decorrentes da dimensão jurídico-objetiva do direito	

fundamental	276
B. Decisões do TCF	277
# 91. BVerfGE 32, 54 (<i>Betriebsbetretungsrecht</i>)	277
Matéria (síntese do direito e dos fatos)	277
Excertos da decisão com anotações pontuais	278
# 92. BVerfGE 103, 142 (<i>Wohnungsdurchsuchung</i>)	286
Matéria (síntese do direito e dos fatos)	286
Excertos da decisão com anotações pontuais	289
# 93. BVerfGE 109, 279 (<i>Großer Lauschangriff</i>)	300
Matéria (síntese do direito e dos fatos)	300
Excertos da decisão com anotações pontuais	305
Bibliografia	345
Como citar esta obra ou partes dela	355